

AS CRENÇAS E O PAPEL DAS MÍDIAS NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Maria Rosa Delmasso RODRIGUES, Universidade Estadual Paulista
(UNESP)

Eixo 08/ Secundário 9
mrosadelmasso@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo apresentar as dificuldades da pessoa com deficiência frente às crenças e valores da indústria cultural, os quais são formadores da identidade social do indivíduo. Fazendo uma conexão com os fenômenos da mídia cultural, trago para a discussão os pensamentos de alguns pesquisadores que abordam a força das mídias, utilizada pela elite das potências econômicas como veículo de comunicação em massa, transmitindo e impondo os valores e seu modo de ver o mundo, gerando indivíduos preocupados não em ser, mas sim em ter, influenciados pela Indústria Cultural. Este estudo teve como base um levantamento bibliográfico. A partir das reflexões feitas através dos materiais encontrados, evidenciou-se que a influência da indústria cultural através dos veículos de comunicação tem gerado pessoas desconectadas com o verdadeiro valor da vida. Em contraponto ao exposto, tem-se hoje o papel das redes sociais, que com seu advento permite autonomia e protagonismo aos sujeitos, de forma que venha a torná-los agentes de transformação sócio-cultural, especialmente as pessoas com deficiência, possibilitando a quebra de barreiras.

Palavras-chave: Mídia e comunicação. Inclusão da pessoa com deficiência. Indústria Cultural.

Introdução

Abordar o tema sobre as crenças existentes em relação à pessoa com deficiência é essencial para que possamos compreender toda a problemática que envolve a verdadeira inclusão em diferentes espaços sociais. Conhecendo melhor as dificuldades da pessoa com deficiência frente às crenças e valores da indústria cultural, os quais são formadores da identidade social do indivíduo, podemos compreender mais como essas questões permeiam nosso cotidiano.

Fazendo uma conexão com os fenômenos da mídia cultural, trago para a reflexão os pensamentos de alguns pesquisadores que abordam a força das mídias, utilizada pela elite das potências econômicas como veículo de comunicação em massa, transmitindo e impondo os valores e seu modo de

ver o mundo, gerando indivíduos preocupados não em ser, mas sim em ter, influenciados pela indústria cultural.

Sendo assim, a percepção do outro enquanto pessoa humana frente à deficiência requer um olhar minucioso sobre as nossas práticas sociais nas interações com o (s) outro (s). Existem muitos conteúdos veiculados pela mídia que comprometem a formação da identidade social do indivíduo e da sua consciência sobre o outro enquanto pessoa humana, dotado de valor e potencialidades. Tais conteúdos geram o estigma em torno de pessoas que são desacreditadas socialmente.

No intuito de compreender melhor a dimensão dos problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência visual, faz-se necessário um pequeno exercício: tente imaginar os contextos e realidades que você vive hoje (não só na profissão que ocupa, mas na família, amigos e de trabalho) considerando que você seja acometido por perda visual inesperada e rápida. O que precisaria mudar para que você realizasse todas as atividades que antes fazia com o auxílio da visão?

Ao definirmos deficiência visual podemos à pessoa cega e/ou a pessoa com baixa visão. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como pessoa cega aquela que possui até 0,05 % de visão ou o campo visual menor do que 10°, o que significa que pode perceber sombras, cores, luz ou não conseguir perceber qualquer um destes elementos tendo, portanto, uma ausência total de luz.

Quando falamos que a pessoa é cega, podemos então compreender que ela necessitará, para sua locomoção, aprender a técnica da bengala, ser conduzida por um cão guia ou até mesmo do auxílio de uma pessoa vidente (que enxerga). Buscando a autonomia e independência também nos campos da leitura e da escrita, terá que aprender o alfabeto Braille (sistema de combinações de pontos em alto relevo); aprender a utilizar os programas de softwares especiais para o acesso ao computador. Deverá se adaptar para poder realizar as atividades da vida diária, como vestir-se, higiene pessoal, cozinhar, limpar a casa, entre outras.

Já a pessoa com baixa visão é definida pela OMS como aquela que possui uma acuidade visual de 0,05 a 0,3 % de visão no melhor olho com a utilização de um recurso óptico, podendo fazer o uso da bengala para que possa ter maior

segurança na locomoção, dependendo da patologia apresentada. Neste caso, necessitará também de ampliação de textos, e em alguns casos o uso do sistema Braille e de leitores de tela ou ampliação das letras na tela do computador.

A deficiência visual é conceituada por Abreu (2013, p. 30) como "[...] a perda total ou parcial ou ainda, a redução da capacidade visual, em ambos os olhos, seja congênita ou adquirida. De acordo com a condição visual, as pessoas com deficiência visual podem ser cegas ou ter baixa visão (visão subnormal)".

Atualmente, a legislação vigente, por meio da Lei Nº 14.126 (BRASIL, 2021) considera também a pessoa monocular como pessoa com deficiência. Monoculares são pessoas que possuem apenas a visão de um olho, tratando-se de reabilitação, não necessitam de atendimento especializado já que com uma visão conseguem ter uma vida como a de uma pessoa sem deficiência, não necessitando de recursos especiais e/ou qualquer outra necessidade para a sua rotina diária.

Fundamentação teórica

O estigma e suas implicações nas interações do sujeito com o outro

Existem inúmeras situações de preconceitos por parte daqueles que com suas crenças e desinformações dificultam a vida da pessoa com deficiência. Omote (1987) aponta em suas pesquisas que o deficiente e seus familiares passam por um processo de socialização muito particular, no qual aprendem a respeito da sua condição social especial e de como as outras pessoas da sociedade pensam a respeito deles. Nessa socialização, podem incorporar as crenças da sociedade a respeito deles e desenvolver autoidentidade de pessoas imperfeitas e desacreditadas (ou desacreditáveis) socialmente.

A expectativa do outro frente à pessoa com deficiência

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma

dessas categorias. A sociedade estabelece em suas relações sociais regras e normas que se aplicam aos ambientes sociais, criando expectativas sobre as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas.

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular (GOFFMAN, 1998, p. 5). As percepções de Erving Goffman sobre a categorização feita pela sociedade baseada nas crenças limitantes que existem sobre as pessoas com deficiência podem ser exemplificadas com situações do cotidiano.

Cargos de liderança ocupados por pessoas com deficiência geram impacto, uma vez que fazemos uma leitura do outro inconscientemente, formando uma identidade social daquele que está diante de nós.

Nesta interpretação do outro, as categorias e atributos imputados a ele são baseados em concepções, as quais transformamos em expectativas e normativas, em exigências apresentadas de forma rigorosa. Para Goffman (1998, p.8) "tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejados, frequentemente de aspecto sobrenatural, tais como "sexto sentido" ou "percepção".

Sabe-se que um cargo de chefia não é fácil para qualquer pessoa, diante do preconceito existente por parte de indivíduos que procuram diminuir e desvalorizar o trabalho de pessoas que têm alguma deficiência, as dificuldades são aumentadas, sempre colocando à prova a capacidade da pessoa com deficiência. No entanto, ao ocuparem espaços e demonstrarem suas potencialidades as pessoas com deficiência desconstróem as crenças que foram imputadas a elas.

Por trás dessas barreiras e preconceitos está um processo sociocultural que tem sido chamado na pesquisa acadêmica de "capacitismo", termo surgido junto às discussões acerca da inclusão social das pessoas com deficiência (NUERNBERG, 2018). Para Mello (2014), o capacitismo é a materialização de atitudes permeadas pelo preconceito que categorizam os sujeitos conforme a adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. É um conceito presente no social que avalia as pessoas com deficiência como desiguais, menos aptas ou incapazes de gerir suas próprias vidas, sendo a

deficiência vista pelos capacitistas como um estado diminuído do ser humano, trata-se de uma forma de preconceito subliminar e encravado na produção simbólica social, mostrando-se uma construção universalizada de opressão sobre a compreensão da deficiência (DIAS, 2013).

Pesquisas com abordagem na origem das crenças e valores possuem grande relevância para a luta contra o preconceito. Sabemos que o conhecimento é algo construído, também, através das interações sociais que ocorrem entre os sujeitos. Só é possível conquistar espaço a partir da autoconfiança, desconsiderando a visão distorcida dos outros em relação à pessoa humana.

De acordo com Omote (1987), as abordagens de pesquisas que focam seus estudos centrados na pessoa com deficiência já mostraram a sua ineficiência, pois só tem servido para avaliar e fomentar serviços especializados que, muitas vezes, não contemplam nem todos os aspectos que envolvem a questão da deficiência, uma vez que a pessoa humana é um ser psicossocial cujas relações com o outro são baseadas em crenças e valores pelos quais se expressam determinados comportamentos e atitudes.

As pesquisas que encontram maior relevância nos tempos atuais são aquelas que procuram abordar a origem das crenças e valores, identificando fatores sociais que classificam a pessoa com deficiência em uma categoria e lhes imputa atributos equivocados. A maioria dessas crenças produz um conhecimento que não expressa a verdade, comprometendo as relações entre as pessoas com e sem deficiência nos diferentes espaços sociais.

Conforme afirma Golfim, tais relações, baseadas em crenças, podem provocar na pessoa com deficiência a perda da própria identidade, pela forte pressão social sofrida diariamente, não se reconhecendo mais como pessoa humana dotada de valores e de potencialidades.

O papel das mídias como veículo de comunicação de massa

Nas discussões sobre as crenças é importante refletirmos sobre o papel das mídias como veículos de comunicação de massa que disseminam esses conhecimentos e informações, transmitindo valores e formando opiniões. Conforme o pensamento de Chauí (2000), precisamos ter uma postura

filosófica. E qual seria esta postura? Para a autora, precisamos nos perguntar se crenças cotidianas são ou não um saber verdadeiro, um conhecimento. Temos que observar e perguntar o que é isso; por que isso e para que é isso em relação a tudo o que nos cerca. Temos que ter uma postura crítica e reflexiva sobre a origem de todas as coisas (CHAUÍ, 2000).

Considerando essa dimensão, é importante olharmos para as mídias e meios de comunicação a partir de uma reflexão crítica e a educação tem um papel importante nessa relação. Martín-Barbero (2014, p. 142-143) afirma que "no que se refere à educação, na articulação com comunicação e cultura, isso implica superar dispositivos de exclusão social que existem nas práticas escolares." Alinhado com o pensamento de Paulo Freire, Martín-Barbero (2014) defende, então, uma proposta libertária e inovadora do educar "em que se aprende a ler para escrever/contar a própria história, pois só então a vida dos excluídos passará a contar, quer dizer, a ser levada em conta por aqueles que governam e dominam" (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 142-143).

Precisamos, para tanto, reconhecer que os meios de comunicação estão nas mãos da elite econômica e são verdadeiras potências. Dominar as comunicações significa dominar, hoje, a forma como as pessoas pensam, impondo a sua visão de mundo. Conforme Debord (1997), vivemos em uma sociedade do espetáculo, onde as notícias de tragédias são transformadas e veiculadas na mídia como espetáculo. Isso se deve ao fato de que há uma disputa pela audiência na atenção da população.

A comunicação de massa é caracterizada por ter poucos produtores e muitos receptores. Theodor Adorno, um dos pesquisadores da escola de filosofia e sociologia de Frankfurt, criou o conceito de "Indústria Cultural" para explicar esta sociedade midiática, tudo passa a ser tratado como uma mercadoria, para gerar lucro. A Indústria Cultural busca a padronização gerando uma reificação, tudo vira coisa, a mercantilização dos objetos culturais, sejam eles arte, música, etc. Neste mundo de coisificação formam-se indivíduos exageradamente consumidores. Agora, não se preocupam mais em Ser e sim em Ter.

Metodologia

Para a produção deste trabalho foram utilizados dados bibliográficos.

Discussão

Quando refletimos sobre esta sociedade que transforma o ser em um sujeito consumidor e produtor, objetificando-o, percebemos que as ações frente a valorização do trabalho da pessoa com deficiência ficam muito mais dificultadas. Isso porque os que procuram as empresas e o mercado de trabalho não estão em busca da valorização da pessoa humana, mas sim da obtenção de lucro, independente do respeito aos processos individuais.

Um exemplo disso em relação à pessoa com deficiência é que, devido à Lei de Cotas (BRASIL, 1991), as empresas com mais de 100 funcionários devem ter um percentual de pessoas com deficiência contratadas. No entanto, o que acontece na realidade, é que as empresas buscam contratar pessoas com pouco comprometimento, principalmente físico, por exemplo, aquele que tem apenas um dedo amputado. Isso acontece pois dentro do que se considera deficiência essa seria de grau mais leve, não necessitando de adaptações ou investimento em equipamentos de acessibilidade para a sua permanência no trabalho. Há, portanto, uma crença de incapacidade nas demais pessoas com outras deficiências.

Algumas empresas preferem pagar a multa do que contratá-las, alegam sair mais barato. É a valorização do ter em detrimento do ser tão difundida pelas mídias e pela indústria cultural.

A letra da música Parabolicamará (GIL,1991) expressa uma realidade vivida pela sociedade atual "Antes o mundo era pequeno porque a Terra era grande, hoje o mundo é muito grande porque a Terra é pequena".

Através desta letra Gil quer expressar a realidade vivida pelos indivíduos, pois o universo cultural que tínhamos contato era pequeno devido a dimensão do planeta, entretanto com a globalização as informações chegaram a lugares jamais imaginados. Por meio das mídias tudo está integrado. Com a globalização estão desaparecendo as fronteiras entre as culturas existentes no mundo, podemos dizer então que a Terra passa a ser pequena devido ao desaparecimento destas fronteiras.

Resultados obtidos

Por meio destas reflexões, ao pensarmos na sociedade que se apresenta

nos tempos atuais, vemos que lutarmos contra o preconceito não se trata mais de falarmos de exclusão do indivíduo em espaços sociais e acesso a bens e serviços de forma pontual e desconectada. Devemos sim, olhar para as crenças que permeiam essa exclusão, entendendo que são algo muito mais profundo, o qual ninguém jamais imaginou experimentar. Em uma sociedade que palpita em um ritmo acelerado das mídias, cujos sujeitos deixam de buscar o ser e se lançam apenas no ter, há o grande risco de um deslizamento para o profundo abismo da perda do sentido da vida, provocada pela ilusão deste mundo, o grande simulacro.

Conclusão

Por isso, temos sempre que visualizar as possibilidades que emergem nos diferentes espaços e tempos na história. Atualmente, as redes sociais devem ser vistas como uma nova configuração de espaço público para novos protagonistas, dentre eles pessoas com deficiência, que ao contar a sua história podem gerar transformações na maneira de pensar do outro, nas crenças sociais, criando assim novas sinapses e conexões, resgatando a sua verdadeira identidade social.

Temos que refletir então qual o papel da educação na formação do sujeito em uma sociedade marcada pelas diferenças.

Referências bibliográficas

- BRASIL. **Lei no 14.126. Poder Executivo, Brasília, DF. 2021** BRASIL. Lei no 8.213. Poder Executivo, Brasília, DF. 1991
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia. São Paulo:** Editora Ática, 2000.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAS, Gleice Noronha. **Barreiras atitudinais e o processo de socialização organizacional das pessoas com deficiência.** 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. 23ª Edição | 137
- GILBERTO GIL. **Parabolicamará.** Warner Records: 1991. 4min e 31s
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**

deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A comunicação na educação.** São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Out 2016. **ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva.** Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232016001003265&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 ago. 2021.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Ações para promoção da inclusão das pessoas com deficiência nas organizações de trabalho**, 2018. Disponível em <http://www.sinicesp.org.br/inclusao/noticias/2018_052.htm>. Acesso em: 23 mai. 2019.

OMOTE, Sadao. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. **Didática**, 22 (23), p.167-180, 1987.